

UFRN/85 - NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POPULAR NO NORDESTE

MOACYR DE GÔES (da UFRJ)

II - INTRODUÇÃO

1 - "Agitar é muito bonito, organizar é que é difícil"-JULIAO

1.1 - Organizar os assuntos desta comunicação foi também difícil pela sua diversificação, precária teorização, pobreza de documentação (quem documenta a luta dos pobres?) e amplitude da temática.

"Chutar", ou agitar com discurso carbonário, seria até fácil.

Nosso propósito é, todavia, exclusivamente, acadêmico.

2 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS NORDESTINOS - LATO SENSU

2.1 - Organização como formas de resistência das etnias subordinadas, à dominação colonial:

a) Índios - tabas. Exemplo: a insurreição dos Cariris, no vale do Açu (1687-1700).

b) Negros - quilombos. Exemplo: a resistência de Palmares (Séc.16).

2.2. - Organização como forma de resistência dos despossuídos da terra e dos instrumentos de trabalho:

a) Cangaceiros - Exemplo: Lampião

b) Fanatismo - Exemplo: Canudos e Caldeirão.

II - QUADRO TEÓRICO DE MOVIMENTOS URBANOS (1)

1 - Movimento de Bairro: Forma de luta social organizada através da qual grande parcela (em alguns casos a maioria) da

população encontra para assegurar a sua reprodução física.

- 2 - Condições para definir o caráter de classe das lutas urbanas:
 - a) composição de classe e os interesses concretos dos moradores;
 - b) a força do movimento operário, sua estrutura organizativa e sua orientação política;
 - c) o comportamento político e ideológico dos aparatos estatais (os órgãos governamentais) diante dos movimentos sociais urbanos).
- 3 - Dificuldades para aglutinação: experiências diferenciadas de relações de trabalho geram formas de consciência igualmente distintas:
 - a) distâncias ao nível de renda (desempregados; sub-empregados; renda fixa, mas, muito baixa, etc).
 - b) fontes de renda não homogêneas (operários que lidam com tecnologia avançada; comerciários; ambulantes; domésticas; pequenos comerciantes, etc).
- 4 - Fatores de aglutinação de uma organização de bairro:
 - a) Moradia

As primeiras estruturas organizativas nascem da NECESSIDADE.

A luta para garantir a própria moradia é o enfrentamento de um problema concreto e requer uma tática coletiva.
 - b) Convivência

Tratar de consumo coletivo também aglutina: os problemas de luz, água, saneamento, calçamento, transporte etc.
 - c) Criação de espaços democráticos

Relativamente protegido dos mecanismos de dominação social, é possível experimentar estruturas de participação.

5 - Enfrentamento das organizações populares com:

- a) o Capital, pólo da relação social da dominação;
- b) o Estado, representante deste Capital, que fixa salário; decreta as relações de trabalho; intervêm em sindicatos (até à Nova República); majora preços etc.
- b.1) Sem uma visibilidade política profunda (ou por tática) o Estado ainda é depositário das reivindicações das organizações populares. Exemplo: as questões das INVASÕES - "para resolver seu problema de moradia, primeiro eles têm que se colocar À MARGEM da ordem jurídica dominante, para logo em seguida - através da propriedade privada - poderem SE INTEGRAR neste mesmo sistema."

6 - Organizações de bairro atípicas:

- a) Resultado de programas governamentais de "assistência social."
- b) Resultado de impulsos de forças progressistas DE FORA do bairro (organizações de esquerda, grupos progressistas das Igrejas etc).
- c) Este processo é longo e conflitivo, sendo que na maioria dos casos desemboca em situações ambíguas de compromisso.

7 - ESPECIFICIDADE DAS ORGANIZAÇÕES -

... "tirando essas premissas muito gerais, quase não existem duas organizações que tenham uma história igual. Essas organizações nascem do enfrentamento com as estruturas sociais dominantes que as rodeiam. Por isso mesmo, elas são marcadas, desde o início e durante toda a sua duração, pelas condições concretas da cidade onde surgem e também pelas fases de desenvolvimento econômico e político do país."

8 - O tema: instigação para uma proposta de pesquisa

Impossível sua abordagem numa mesa redonda. Daí a metodologia utilizada: uma abordagem através da exemplificação.

III - IDENTIFICAÇÃO DE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POPULAR

- 1 - As que rejeitam o Estado
- 2 - As que se utilizam do poder político (situações especiais - exemplo: os Comitês Nacionalistas e a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler - Natal, 1960-64).
- 3 - As que encontram condutos através das igrejas.
- 4 - Considerações sobre:
 - a) o Estado na América Latina
 - a.1) As formas de acumulação de capital na AL (a partir do século 16), articuladas com o mercado internacional, criam condições de emergência de um Estado nacional (século 19) aspirando a independência política sem quebrar a dependência econômica. O Estado Nacional constitui-se em torno da economia agro-exportadora, que se expressa através da oligarquia política.
 - a.2) Com a crise de 1929, no Brasil, as oligarquias se dividem, no movimento de 1930, e o populismo emergente é um estado de compromisso que, em determinadas situações, possibilita a criação de condutos ascendentes de segmentos populares.
 - b) A Igreja na América Latina
 - b.1) Da cristandade (século 16) para a teologia da libertação (Medelin, 68 e Puebla, 79): a emergência de uma teologia da periferia para o centro (da AL para Roma).

b.2) Na AL das Doutrinas de Segurança Nacional e da Contra-insurgência (anos 60-70), a Igreja da TL, com a defesa dos Direitos Humanos, incorpora os pobres e se transforma. As CEBs.

b.3) A Igreja Popular - Nicarágua.

IV - FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POPULAR URBANA: EXEMPLOS

1 - Recife - a questão dos mocambos (2)

1.1 - Antecedentes: a "inchação" do Recife -- as soluções propostas pelos ricos e pelos pobres.

a) QUADRO GERAL NUMA PECULIAR INSERÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

... a expropriação dos engenhos pelas usinas levou a uma concentração fundiária significativa. Doutra parte, a modernização acarretou a proletarização do campo. A conjugação desses fatores configurou um descompasso cuja contrapartida será a "inchação" do Recife. Este é o marco histórico em que se inscreve a emergente questão urbana do Recife.

b) RELATÓRIO DA INSPECTORIA de HYGIENE PÚBLICA (RECIFE, 1907)

"Os mocambos e os cortiços são uma ameaça constante à saúde pública.(...) as suas condições de vida constituem um perigo sério para a parte da população mais favorecida da fortuna."

A remoção dos grupos de baixa renda já era reclamada desde o início do século.

c) OS MOVIMENTOS ANARCO-SINDICALISTA (1913) e COMUNISTA (1922)

A proibição de elevação dos aluguéis e a construção de casas populares - são reivindicadas pela Federação dos Trabalhadores de Pernambuco (1914).

1.2 - A mais antiga "sociedade" é a "Liga Mista dos Proprietários Pobres da Vila de São Miguel dos Afogados - Recife, 1929.

1.3 - O ESTADO NOVO E A CAMPANHA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO

a) Espaço urbano do Recife: 1913: 43,2% DE MOCAMBOS
1940: 63,7% " "

b) CENSO DA LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO, ENTIDADE PRIVADA (1939): 45.581 Mocambos com população de 164.837 pessoas.

c) RELATÓRIO DA LIGA afirma terem sido demolidos 12.434 mocambos, construídos 5.415, no período 1939-44 e estarem em construção 2.167, no ano de 1944, o que representava um saldo negativo de 7.090 mocambos, ou seja, em torno de 30.800 pessoas, miseráveis que ficaram sem teto.

d) AGAMENON MAGALHÃES, O IDEÓLOGO DA CRUZADA CONTRA O MOCAMBO:

d.1) "Temos que considerar os problemas como se tivesse havido um terremoto e as 164.837 pessoas ficassem ao relento."

d.2) "O acesso à casa própria extingue na alma do trabalhador os sentimentos de descontentamento, de revolta e ódio. Eis uma maneira efficientíssima de combater o Comunismo, sem discursos, invectivas e lugar comum. A aquisição de uma casa ou de uma pequena propriedade é fortalecer os sentimentos de conservação e ordem tão ameaçados."

1.4 - APÓS O ESTADO NOVO

a) 1945 - A Liga Social Contra o Mocambo é transformada em Serviço Social Contra o Mocambo, autarquia estadual.

- b) Refluxo da mobilização da sociedade civil.
- c) A Fundação da Casa Popular, articulada com institutos de previdência: locação e depois venda dos imóveis (1959).
- d) A experiência da Vila de Cajueiro Seco: "ajuda mútua di rigida" (Serviço Social Contra o Mocambo aliado à Liga Urbana do Brasil) auto-construção em taipa, adotando a técnica construtiva tradicional dos mocambos (governo Mi guel Arraes, 1962-64).
- e) Após 1964: a conhecida experiência do BNH.

1.5 - NO ESTADO AUTORITÁRIO: AS "INVASÕES" - UM LUGAR DE RE SISTÊNCIA POLÍTICA (3).

a) PRESSÕES SOBRE O PODER PÚBLICO

Nessa situação de "acirramento das contradições" nas áreas urbanas, vão surgindo - de forma dispersa, mais ou menos espontânea, mas não "caótica." - novas formas de reivindicação popular e pressão sobre o Poder Público. Perguntamos pelo "papel político" desempenhado pelas classes populares: sua função no jogo de forças atuantes, suas possibilidades e seus limites. Ora, é através de sua atuação histórica que esse papel se revela: na dinâmica interna da prática social dos grupos populares, como aparece nos exemplos recentes de mobilização popular em torno dos problemas urbanos - e nos efeitos (sociais e políticos) dessa prática.

Assim, podemos constatar que, de 10 anos para cá, as Associações de Bairro (ou "Sociedades de Amigos do Bairro", ou "Conselhos de Moradores") foram praticamente as únicas "agências políticas" viáveis, como organismos elementares de represen

tação de amplos setores das classes populares. A partir delas, toda uma série de práticas reivindicatórias tem sido organizada e desenvolvida, em torno de necessidades coletivas voltadas para os serviços de saneamento, saúde, urbanização, educação, etc. De caráter mais esporádico e aparentemente "anárquico" têm sido as ações diretas, levadas a efeito pela emergência de um projeto repentino e inesperado (desorganizado, portanto) frente a "situações extremas" (como a ameaça de expulsão dos moradores, no caso das invasões em Salvador e Recife) ou à deterioração de um setor importante dos serviços públicos).

Pantoja Leite.

b) POLITIZAÇÃO -

O que importa notar aqui sobretudo é que, no desenrolar dos acontecimentos e no interior do conflito o grupo de moradores foi se constituindo, indubitavelmente, em sujeito de seus próprios direitos. Trata-se de um processo, evidentemente, que não tem seu termo na consecução de "vitórias parciais", ainda que importantes (como a conquista de terrenos ou de casas). O processo pode começar com a decisão mesma de "invadir". A "autoconstrução", passo seguinte, é o direito de morar conquistado em mutirão. A carência de serviços básicos (água, esgoto, calçamento, coleta de lixo, escola, transportes, etc) dá sempre ocasião de afirmação desses direitos na forma de reivindicações frente ao Estado. E a manifestação coletiva, às vezes, é o único caminho de viabilizar essas reivindicações - e de fato é utilizada como tal. O conjunto dessas práticas acaba reve-

lando seu inegável caráter político e politizador: tanto para os grupos populares envolvidos, como para diversos setores de opinião pública, vai-se dando a percepção de que o Estado só considera essas exigências das camadas populares (e-xigências sobre direitos "socialmente sanciona-dos" quando colocado "contra a parede") - e isso porque ele está empenhado, quase que exclusiva-mente, na urbanização a serviço das classes do-minantes."

(Pantoja Leite)

c) INOVAÇÕES DA CIDADE

Os movimentos sociais urbanos são as fontes de mudança e não as instituições de planejamento.

d) No final dos anos 70 a URB - Empresa de Urbanização do Recife - tem a seu cargo 4 projetos prioritários: Transformação de Brasília Teimosa em Centro Turístico; recuperação de algumas áreas deterioradas; construção da ponte-viaduto Torre-Parnamirim; trecho da segunda perimetral da cidade: TODOS ELES IMPLICAM EM REMOÇÃO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM MOCAMBOS.

e) O "COQUE" - a maior favela do Recife com cerca de 5.000 famílias; localizado nos Afogados, a 15 minutos (a pé) do centro da Cidade, perto de Boa Viagem; formado desde 1940. Removido para o Projeto Mutirão do Ibura e Paulista, recentemente.

f) PROCESSO URBANIZATÓRIO: REMOÇÃO-EXPULSÃO

No Recife, são as áreas alagadiças e os morros - a "mocambópolis", com cerca de 60% da população da cidade, que abrigam tal população. Esses "a-glomerados sub-normais" configuram o espaço físi-co-social, no qual e a partir do qual seus habi

tantes organizam a própria sobrevivência (trabalho, troca de bens e serviços, relações sócio-culturais, etc).

Acontece que os terrenos, nessas áreas, têm sofrido uma alta valorização, sendo por isso mesmo objeto de cobiça e da especulação dessa nova "potência econômica" emergente no país: as IMOBILIÁRIAS. Os motivos são mais ou menos óbvios: as áreas de beira-mar prestam-se maravilhosamente à exploração turística: os morros têm a vantagem de serem imunes ao "flagelo da cheia" - e isso, para o recifense, é fator de suma importância. As áreas mais centrais, mesmo alagadiças, são lugar ideal para construção de prédios de escritórios (uma vez "urbanizadas"). No caso das áreas ribeirinhas do Capibaribe, o argumento oficialmente esgrimido é o do "bem público": a calha do rio precisa ser alargada, para dar maior vazão às águas e livrar a população da ameaça de enchentes. Mas a nenhum observador razoavelmente perspicaz escapará que, à margem da política carioca de 14 anos atrás, "limpar a cidade" através da eliminação sistemática das favelas (leia-se: colocá-las longe das vistas) permanece um ideal político-administrativo, constantemente alimentado pelos interesses das classes mais abastadas.

Em resumo, o que chamamos PROCESSO URBANIZATÓRIO (organização e distribuição do espaço e da vida na cidade) dá-se fundamentalmente em função do atendimento aos interesses, necessidades, conveniências e expectativas das classes mais abastadas, como parte do processo global da acumulação capitalista que rege a vida econômica-social do país. Mais ainda: ele se dá, direta e concretamente, contra as necessidades e interesses de caráter mais imediato e primário (nível de subsistência) da parcela mais pobre - que é a maioria-

da população. No Recife, isso se concretiza na natureza e nos "modus operandi" dos planos urbanísticos, bem como nas conseqüências - diretas e indiretas - desses planos sobre a vida de milhares de famílias. Tudo leva a crer que, nos próximos cinco anos, o PROCESSO URBANIZATÓRIO NO RECIFE (e nas principais cidades brasileiras) terá como indicador cada vez mais privilegiado a REMOÇÃO-EXPULSÃO das populações ditas "marginais". O objetivo deste ensaio é, por um lado, caracterizar e dimensionar uma DENÚNCIA corrente: a de que, no nosso país e sobretudo com nossa região, "quem paga pelo progresso são os pobres e quem usufrui dele são os ricos". Por outro lado, quisemos oferecer subsídios para uma compreensão mais global do problema, a quantos dele se interessam e com ele preocupam, de uma forma ou de outra. Porque o que está em jogo é, ao nosso ver, nada mais na da menos que a situação e o destino de milhares de pessoas, cidadãs - como quaisquer outras - desse "país que vai prá frente."

(Pantoja Leite)

2 - Salvador - A questão das invasões (4)

2.1 - Depoimento de um morador do bairro proletário de Fazenda Grande .(5)

Era o ano de 1949, período de duas festividades marcantes de uma época: Quarto Centenário de Fundação desta Cidade e o Primeiro de Nascimento do Jurisconsulto Rui Barbosa. Era grande o contraste entre o luxo e o fausto de uma minoria desfilando pelas ruas e a grande massa mergulhada em miséria, debatendo-se nas garras de problemas e-

conômicos, dos quais o problema de habitação liberta-se das rédeas, cria asas, passa a frente, convertendo-se em calamidade. A alta assombrosa no custo da mão-de-obra e nos preços dos diversos materiais de construção afastou do ramo os investidores em construções populares: era necessário imobilizar elevado capital, os lucros eram irrisórios. Passaram a construir edifícios residenciais, que vendidos ou alugados propiciavam lucros vantajosos.

Em consequência aumenta a procura das casas de aluguel mais baixo, as disputas elevam-lhes os preços, atingindo a classe proletária e mesmo a classe média. Os proprietários passam a mover ações de despejo dos antigos inquilinos, visando aumentar o aluguel. As famílias humildes são despejadas, passando a dormir ao relento, nos passeios. Desesperam-se. Passam às invasões.

2.2 - A narração histórica numa tese de mestrado de Maria Mattedi.

a) INVASÕES E RENDA

As invasões indicam a existência de uma população sem acesso a uma renda capaz de garantir a habitação.

b) TRABALHADORES

Os "invasores" são trabalhadores assalariados dos setores mais tradicionais da economia e trabalhadores por conta própria (biscateiros) e, também, desempregados.

c) PROPRIEDADE PRIVADA

Disposição dos moradores em pagar alguma quantia em troca da ocupação do terreno - introjeção do princípio

da propriedade privada: as circunstâncias é que não permitem respeitá-la.

d) ORIGEM

Oriundos do meio rural, mas morando há bastante tempo em Salvador: domínio da situação espacial da cidade.

e) "ROTATIVIDADE"

Em busca de uma nova invasão que seja mais segura.

f) SURGIMENTO DAS INVASÕES

Do final dos anos 40: Corta-Braço, Alagados, Gengibirra. Pressão das classes média e alta (áreas centrais da cidade) sobre a população de baixa renda (bairros mais pobres).

g) PCB

A defesa dos "invasores" foi feita pelos grupos políticos de esquerda, principalmente o PCB.

"2.000 casebres foram levantados da noite para o dia à margem do Caminho de Areia" ("A Tarde", 25-11-49).

h) CLIMA POLÍTICO DA ÉPOCA (1945-1964)

- Populismo/"distributivismo"/propostas de uma "democracia popular."

i) MOVIMENTOS COLETIVOS

- . Centenas e centenas de famílias, trabalhando árduamente na limpeza, demarcação e construção de seus barracos.
- . Uma vez instalados, a possibilidade de desalojamento tornava-se mais remota, implicando num processo jurí

dico mais ou menos lento.

- . A necessidade de habitação desencadeia o movimento mais ou menos espontâneo.
- . A resistência ao desalojamento possibilita e facilita a organização do movimento popular: procissões de cunho religioso, apelo às autoridades, vigília no Fórum da cidade. Objetivo: sensibilizar politicamente a Cidade e obter a desapropriação por utilidade pública.

j) MANCHETE DE "A TARDE" em 13.09.60: "AS INVASÕES TOMAM CONTA DA CIDADE":

Invasões em Ondina, Avenida Oceânica, Bico de Ferro, Pituba, Bolandeira, Boca do Rio.

Crescimento da invasão dos Alagados.

Outras: IAPI, Bonfim, Pedra Furada, entre Rio Vermelho e Brotas, Pirajá, Campinas, no Pero Vaz, na ligação de Av. Centenário com a Vasco da Gama.

2.3 - NO ESTADO AUTORITÁRIO, OS POBRES IMITAM A ESTRATÉGIA DA ABERTURA DO GOVERNO: AS INVASÕES SÃO "LENTAS E GRADUAIS."

a) Reversão: demolições das invasões, a começar pelas da Orla Marítima (Bico de Ferro e Ondina) "passagem obrigatória para os que chegavam à cidade por avião."
Seguiram-se: Curva Grande (1969), Monte Serrat (1970), Rocinha dos Marinheiros (1977).

b) Novas Invasões: Piaçava (1970), Caxundí (1973), Baixa do Cajueiro (1974), Nova Brasília (1974) Jardim Imperial (1976), Pêla Porco (1972) Brongo (1970), Nova Divinêia (1974), Nova Palestina ou Baixa da Fonte (1977), Saramandaia (1972) Marotinho (1976).

- c) As invasões recentes não são mais "ruidosas" e de grandes dimensões. São vagarosas; as ocupações ocorrem por etapas; junto a grupos já existentes que vivem em pobreza absoluta e são solidários à chegada de novas famílias; localizam-se em extremos longínquos da Cidade.

2.4 - CRONOLOGIA DE UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA: OS DESABRIGADOS PELAS CHUVAS E DESABAMENTOS- SALVADOR:1974-
(5)

- a) 29-4-1974: Chuvas e Desabamentos: 6 mortos e 300 famílias desabrigadas (1.500 pessoas).
- b) O Prefeito, que inicialmente se recusa a receber os flagelados, concede abrigo-los em diferentes locais, inclusive na Escola "Prazeres Calmon", situada no fim da linha de Fazenda Grande.
- c) Uma semana depois: A Prefeitura propõe aos flagelados Cr\$ 400, a Cr\$ 1.300, para desocuparem o refúgio no Aeroporto Velho - "Se vocês não vão sair logo, vamos chamar os bombeiros para jogar água."
- d) Abaixo-assinado dos desabrigados à Prefeitura solicitando terreno; Adesão de 500 estudantes, religiosos e profissionais liberais (em 24 horas).
- e) As condições dos abrigos são as piores possíveis - MORTE DE UM RECEM-NASCIDO.
- f) Novas ameaças de expulsão.
- g) 5 de Junho: 2a. morte de um recém-nascido na "Prazeres Calmon".
- h) 1º de Agosto: Morre mais uma criança e outra é transportada para o Hospital em estado desesperador.

- i) 12 de Agosto - Mensagem do Prefeito concedendo um terreno aos flagelados nas proximidades do Aeroporto -atêaquela data, 5 crianças jã haviam morrido.
- j) Como construir casas no longĩnquo terreno?
- l) No final de Setembro: morre uma criança de dois anos e sete meses.
- m) 19 de Outubro - os flagelados pedem ã Prefeitura a construção de casas no terreno .
- n) Final de Dezembro: resposta da Prefeitura: Negativa.
- o) 3 de Janeiro: flagelados iniciam campanha para obtenção de material de construção.
- p) Prefeitura se responsabiliza para construção de cozinhas e sanitários, ao custo de cr\$ 4.500.
- q) 18 de Março: 80 mõdulos de casa, sem possibilidade de expansão, para 117 famílias: é feita a remoção.
- r) Invasões voltam a ocorrer nas proximidades da Escola "Prazeres Calmon."

2.5 - PRINCÍPIOS ACEITOS COMO EVIDENTES VERSUS EVIDÊNCIAS QUE ESTÃO SENDO DESMENTIDAS (6).

"O sociólogo sabe da urbanização patológica nordestina. Movimentos de educação, evangelização e promoção instauram-se nesse meio, tentando capitalizar o "malestar social". A favor dessa preferência pesam alguns princípios aceitos como evidentes:

- a)- a população do bairro é, em geral, marginalizada (a partir, sobretudo de subemprego e desemprego estruturais)
- b)- as atitudes mais anticonservadoras proliferam naturalmente nesse contexto de marginalização
- c)- a essas atitudes corresponde habitualmente uma participação política de classe
- d)- as lideranças surgidas no bairro são automaticamente populares.

Tais evidências, porém, estão sendo desmentidas por teóricos e práticos em numerosos ambientes suburbanos. De modo que urgiria testar hipóteses como as seguintes:

- a)- Os mecanismos de exploração (que produzem efeitos marginalizadores) não operam apenas dividindo, no sistema global de classes, moradores do "centro" e habitantes da "periferia", senão que são interiorizados no próprio bairro, dando lugar a subsistemas de classes, com interesses opostos e que nenhum trabalho inicial de base pode tentar englobar.
- b)- Os estratos mais dependentes da classe proletária (urbana ou rural) dificilmente alimentam atitudes anti conservadoras, dada a necessidade de subsistência com que eles se vinculam (inclusive mediante um trabalho não-livre) ao patrão, ao intermediário comercial, ao coronel, às entidades assistencialistas (mesmo sob o nome de trabalho de base).
- c)- A reestruturação do "poder" a nível de bairro exige mais do que uma fuga da luta partidária dos

líderes tradicionais. A heterogeneidade de interesses enfrenta realmente grupos que convivem no mesmo bairro em conflitos de tipo econômico (pequenos comerciantes, proprietários de barracos, usureiros...) mal mascarados por uma convivência inevitável.

d)- As lideranças espontâneas do bairro costumam provir dos estratos superiores do mesmo, representando "intermediários" da exploração em que o bairro é mantido. As lideranças realmente populares só nascerão em oposição a essas.

É um exemplo, ainda global (o bairro em geral) que nos inspira essas concretizações sobre a realidade local. Da prática esperaríamos - neste e noutros contextos - dados, réplica, complementação. Para não privar as experiências que nascem no trabalho de base do Nordeste da sua oportunidade: crescer, ter mais sentido."

(CADERNO CEAS Nº 20)

V - FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POPULAR RURAL: EXEMPLOS

1 - LIGAS CAMPONESAS (7)

a) A crise do bloco histórico agrário-industrial, fundado em 1930, cria condições à emergência de novas forças sociais - a mobilização camponesa no Nordeste.

a.1) O camponês, o excluído das composições de poder do populismo.

a.2) A penetração do capitalismo no campo: as formas arcaicas de relações de trabalho são expropriadas.

b) As primeiras organizações camponesas

b.1) 1945/47 - Fundação de Ligas - locais e autônomas- pelo PCB.

b.2) A repressão do Governo Dutra

b.3) 1954 (maio) - Fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, no Engenho Galiléia, Vitória de Santo Antão (PE).

b.4) O fato.

"Nesse engenho, no ano de 1954, o aluguel anual estabelecido por hectare era de Cr\$ 6.000,00. Na região, no mesmo ano, o preço de venda da terra variava entre Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 15.000,00 por hectare². Isso equivale a que o pagamento de dois anos de renda corresponda ao valor da terra arrendada. Nesse ano, o foreiro José Hortêncio, não podendo pagar os Cr\$ 7.200,00 de renda atrasada que devia, é ameaçado de expulsão pelo dono da terra.

Procura José dos Prazeres, amigo membro do Partido Comunista, agora dedicado a contactar camponeses em litígio com os proprietários. Este, percebendo que não se trata de caso isolado, mas que a situação é vivenciada por inúmeros foreiros do engenho, propõe-lhe a formação de uma sociedade, com o fim de adquirir um engenho, para que todos se livrem do pagamento da renda e da ameaça de expulsão. Era maio de 1954.³

Ao fim do mesmo ano, Hortêncio reuniu um pequeno grupo de foreiros, entre os quais José Francisco de Souza, administrador do engenho, conhecido como Zezé da Galiléia, que exercia forte liderança. Sob a orientação de José dos Prazeres, fundam a sociedade.(...)

A SAPP - obtém seu registro após um mês. Do ponto de vista legal, caracteriza-se por constituir-se numa

sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, cujos objetivos são, primeiramente, a fundação de uma escola e a constituição de um fundo funerário (as sociedades funerárias são comuns na região) e, secundariamente, a aquisição de implementos agrícolas (sementes, inseticidas, adubos, instrumentos) e reivindicação de assistência técnica governamental."

(ELIDE RUGAI BASTOS)

b.5) Primeiras ações coletivas

"Há, em sua definição da própria identidade, uma nítida percepção da privação, que se conscientiza principalmente a nível econômico. Assim, as primeiras ações coletivas em nome da associação traduzem tal percepção: a criação de um fundo para aquisição de caixões de defunto e para auxílio daqueles que não podem pagar a renda da terra. Em última análise, esses objetivos simbolizam as duas consequências da situação: a expulsão e a morte. São o símbolo da privação de seu espaço de liberdade: a terra e a vida. É essa privação que lhe confere a consciência de pertinência a um grupo e o que o leva a buscar a solução de auto-defesa."

(ELIDE RUGAI BASTOS)

c) Organização Regional das Ligas, sob a liderança de Julião

- c.1) *"Da tática de transferência do controle da luta para o exterior do centro do conflito, resultou uma organização regional, o que facilitou a expansão do movimento a outros grupos de trabalhadores. Isto caracteriza a diferença entre as "Ligas" de 1945/47 e as de 1955: aquelas, embora articuladas ao PC, constituíam-se em núcleos, autônomos, por isso mesmo sujeitos ao arbítrio dos proprietários e ao sabor do jogo político lo-*

cal.

Várias são as vantagens da organização regional:

- a) livrar-se do arbítrio do proprietário e das autoridades que os representam;
- b) possibilidades de alianças com outros movimentos sociais.⁹
- c) extensão da legalidade a todos os núcleos que se formam filiados à associação regional.¹⁰

Há portanto, possibilidade de uma forma centralizada de atuação. Cada núcleo de camponeses, denominado de delegacia, está vinculado à sede central, que se situa na capital do Estado. Vigora um estatuto único, sendo que basta que um pequeno grupo de camponeses se reúna, aprovando-o, elegendo uma diretoria e lavrando uma ata, que deve ser registrada em cartório, para que se tenha uma nova delegacia da associação (Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco-SAPPP), devidamente legalizada."

- c.2) "Mas se essa mesma expansão regional, vantajosa para o movimento, traz em seu bojo o próprio germe da transformação do mesmo. O primeiro resultado claro da regionalização é a ampliação, não apenas numérica, de seus participantes, mas do próprio espaço em que se desenvolve o trabalho dos mesmos. A "liga", no momento em que se amplia, passa a reunir, não apenas arrendatários, como os foreiros do Galiléia, mas também parceiros, posseiros, pequenos proprietários e assalariados agrícolas (conforme Estatuto das Ligas Camponesas, art. 2º, item 1). Essa ampliação, por comportar indivíduos com diferentes inserções no processo produtivo e, portanto, com diferentes concepções sobre o seu próprio trabalho, traz consigo alterações no próprio móvel da luta, luta essa que se fará direcionada pelas "novas" condições em que se desenvolve seu trabalho."

(ELIDE RUGAI BASTOS)

d) BASE SOCIAL DO MOVIMENTO: arrendatário, parceiro, posseiro, minifundista (assalariado: apenas 15% da mão-de-obra, no início dos anos 60).

e) TÁTICAS DE MOBILIZAÇÃO

- Código Civil (a luta se situa numa questão de direito e não numa questão econômica).
- Poesia popular (o repentista é o grande comunicador social em feiras e fazendas).
- Bíblia (os pastores evangélicos serão aliados, numa época em que os protestantes eram tão excluídos da sociedade como os camponeses).

f) O Nordeste dos anos 50/64 os fatos políticos:

- 1954 - Fundação da Liga Camponesa do Engenho Galiléia
- 1955 - Congresso de Salvação do Nordeste - impulsionado pelo PCB, articulado com o PSB e a esquerda do PTB.
 - 1º Congresso Camponês de Pernambuco (3.000 participantes).
 - Frente do Recife elege Pelópidas Silveira (PSB) com 66.87% dos votos.
- 1956 - 1º Encontro dos Bispos do Nordeste (em consequência o Governo de JK expede 21 decretos sobre as questões agrícolas).
- 1957 - Missão da FIESP visita o Nordeste.
 - Lock-out de empregadores de Pernambuco.
- 1958/59 - 80 atos públicos das Ligas são realizados no Recife, sob a liderança de Julião.
- 1959 - Eleição de Arraes para a Prefeitura do Recife
Criação da SUDENE
Desapropriação do Engenho Galiléia
 - Camponeses associados em Ligas (no final dos anos 50): Em Pernambuco: 35.000; no Nordeste: 70.000.
- 1960 - ELEIÇÃO DO PREFEITO DJALMA MARANHÃO EM NATAL.

- 1960/61 - Federações de Ligas organizadas em 10 Estados.
- 1961/62 - Invasão americana em Playa Giron, face o que um setor das Ligas se arma para a resistência a partir do campo (Goiás).
- 1962 - Miguel Arraes, governador de Pernambuco
- 1962 - Governo de Jango libera cartas sindicais para organizações de assalariados agrícolas ligadas à Igreja e ao PCB.
- 1963 - Criação da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. - 48 greves em Pernambuco.
- 1963 - Aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural
- 1963/64 - As lideranças optam por propostas divergentes:
 - a) Julião: revolução social X PCB: revolução política.
 - b) Julião: frente revolucionária X Padre Alípio: partido radical.

g) HERANÇA DAS LIGAS:

- põe em causa a forma do Estado;
- desvela a articulação do movimento social (Ligas) e partidos políticos (PCB-PTB) e Igreja;
- abre a questão da revolução operário-camponesa, condição básica para a revolução socialista no Brasil.

2 - SINDICALIZAÇÃO RURAL:

a) IGREJA CATÓLICA

a.1) O SAR NO RN

a.2) O Congresso camponês em Natal

a.3) O "BATISMO" da luta camponesa pela Igreja abre algumas porteiras de fazenda: fazer os proprietários cumprir a lei já era uma vitória, na época.

b) A ULTAR (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Rurais do Rio Grande do Norte): a tendência comunis

ta que busca abrir espaço.

3 - O "aparelhismo" da Igreja Católica e do PCB na radicalização da luta ideológica (8).

a) A leitura dos IPMs de 1964, vinte anos depois.

VI - A EDUCAÇÃO E A CULTURA COMO FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POPULAR

1 - Através do Estado:

a) A Frente do Recife e o Movimento de Cultura Popular (MCP) - Recife - 1960- 64 - (9).

a.1) A plataforma do MCP, em 1963:

Um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos seus setores de elite. Esta nova situação caracteriza, de modo genérico, o quadro atual da vida brasileira. No caso particular de Pernambuco, primeiramente em Recife, logo depois em todo o Estado, aquele ascenso democrático assumiu proporções inéditas, daí resultando um elemento qualitativamente novo na configuração do movimento de cultura popular.

Em Recife, e a seguir em Pernambuco, as forças populares e democráticas lograram se fazer representar nos postos-chave do governo e da administração. A ocorrência dessa conquista, alcançada através do esforço organizado das massas populares, criou novas condições que se traduzem na possibilidade do movimento de cultura popular ser financiado por recursos públicos e ser apoiado pelos poderes públicos. Tal fato é praticamente inexistente no resto do país, onde, via de regra, os movimentos de cultura popular encontram, como condi-

ções adversas a sua existência e ao seu funcionamento, a hostilidade do poder público e a ausência de dotações orçamentárias para fins de cultura popular.

O movimento popular gera o movimento de cultura popular. O movimento popular, ao atingir determinada etapa de seu processo de desenvolvimento, experimenta a necessidade de liquidar certos entraves de ordem cultural que se apresentam como barreiras características daquela etapa obstaculizando a passagem para a etapa seguinte. A superação de tais dificuldades se apresenta assim como condição para o prosseguimento do processo. O movimento popular não gera um movimento cultural qualquer. Gera, precisamente, um movimento de cultura popular. Os interesses culturais do movimento popular têm, portanto, um caráter específico: exprimem a necessidade de uma produção cultural, a um só tempo, voltada para as massas e destinada a elevar o nível de consciência social das forças que integram, ou podem vir a integrar, o movimento popular.

A demanda por uma consciência popular adequada ao real e possuída pelo projeto de transformá-lo é característica do movimento popular porque este se assenta nas três seguintes pressuposições:

- a) só o povo pode resolver os problemas populares;
- b) tais problemas se apresentam como uma totalidade de efeitos que não pode ser corrigida senão pela supressão de suas causas radicadas nas estruturas sociais vigentes;
- c) o instrumento que efetua a transformação projetada é a luta política guiada por idéias que representam adequadamente a realidade objetiva.

a.2) O método Paulo Freire: a conscientização a serviço da organização popular.

b) Os Comitês Nacionalistas e a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler - Natal, 1960/64 (10).

b.1) Eis a conclusão de um documento da Campanha e que reflete o limite ideológico do movimento:

"Hã(...) um entrelaçamento dialético entre cultura popular e libertação nacional - socialismo e luta anti-imperialista. Por consequinte, embora pareça em princípio paradoxal, a cultura popular tem papel de instrumento de revolução econômico-social, mas, em última instância, a afirmação e vitória dessa revolução é que irá possibilitar o surgimento das mais autênticas criações populares, livres das alienações que se processam no plano político e econômico. Fica claro, portanto, o mais profundo sentido dialético da revolução popular que não é um fim, porém um meio de conseguir a libertação total do povo, fazendo-o construtor do seu destino. "NENHUM POVO É DONO DO SEU DESTINO SE ANTES NÃO É DONO DE SUA CULTURA." (JOSÉ MARTI)."

2 - Através da Igreja Católica

a) Com intervenção da Igreja e do Estado: o Movimento de Educação de Base -MEB - a partir de 1961.

a.1) Em 1963, o MEB publicou o documento "Cultura Popular : notas para estudo", do qual destacamos:

"No Brasil, há reconhecimento da situação por parte dos grupos culturalmente marginalizados. Não há, no entanto, plena consciência de todas as implicações dessa marginalização, no plano da pessoa humana. Há, por outro lado, grupos de pessoas - operários sindicalizados, camponeses politicamente organizados, estudantes, militantes políticos - para os quais o desnível se tornou

consciente, obrigando-os a optar por uma ação transformadora dos padrões culturais, políticos, econômicos e sociais que o determinam. Dessa ação, resulta um conflito ideológico, já que os grupos dominantes (social, econômica, política e culturalmente) a ela opuseram seus interesses.

Daí resulta que qualquer atitude frente à cultura é necessariamente situada no conflito ideológico. Cultura popular no Brasil não é um fenômeno neutro, indiferente; ao contrário, nasce do conflito e nele desemboca necessariamente."

b) Sem a intervenção do Estado e/ou Igreja: o Centro de Trabalho e Cultura (CTC) - Recife (12)

b.1) As decisões participativas em termos de:

- o poder no CTC;
- o currículo;
- a contribuição de alunos e os salários de professores;
- "caixa única" para despesas pessoais e do CTC.

VII - A EVANGELIZAÇÃO COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO POPULAR - (13) -
EXEMPLOS -

- 1 - A Ação Católica dos anos 50: o modelo francês de "inserção no meio" e os movimentos das vogais: JAC- JEC - JIC- JOC- JUC.
- 2 - "Os jovens católicos radicais dos anos 60" e a AP.
- 3 - A teologia da libertação - As CEBs e as Pastorais.
 - a) A metodologia do VER-JULGAR-AGIR.

- 4 - O espaço institucional da Igreja invadido pelos pobres e intelectuais, na fuga ao estado autoritário, muda a Igreja (Souza Lima).
- 5 - A Igreja Popular e a Nicarágua: influências.
- 6 - O movimento pentecostal e a alienação.

VIII - O PARTIDO POLÍTICO COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO POPULAR (14) EXEMPLOS:

- 1 - O movimento comunista, a partir de 1922
 - a) PCB
 - b) PC do B
 - c) A tendência guevarista: o MR-8 (1968)
 - d) As dificuldades da clandestinidade.
 - e) Táticas diferenciadas.
- 2 - A oposição ao estado autoritário:
 - a) PMDB (tendência popular) e as derrotas dos governos militares desde 1974, através de uma ampla frente política.
 - b) PT (a formação do partido à base de lideranças sindicais; perfil de uma frente de esquerda).
 - c) PDT (neo-populismo, com um pequeno núcleo da internacional socialista embutido).
 - d) PSB e PS (ainda em projetos).

IX - O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO POPULAR (15): EXEMPLOS

- 1 - CUT (sob a hegemonia do PT)

2 - CONCLAT (sob a hegemonia dos comunistas)

3 - As dificuldades para a restauração da unidade dos movimen
tos dos trabalhadores, como ocorreu antes de 1964 com o
CGT e o PUA.

X - O MOVIMENTO SOCIAL COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO POPULAR

(16) - EXEMPLOS:

1 - O Movimento das "Diretas Já" (mais mobilização do que orga
nização).

a) A frustração da derrota e a "volta por cima": a utilização
do Colégio Eleitoral para derrotar o Governo autoritário.

2 - O movimento dos mutuários do BNH.

a) As associações de bairro deram uma lição aos partidos.

XI - ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS EM OPOSIÇÃO AO ESTADO AUTORITÁRIO,
BUSCAM O RESPALDO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES (17): EXEMPLOS:

1 - Experiências pioneiras (eleições de 1976): Boa Esperança
(ES), Lages (SC), Piracicaba (SP).

2 - Experiências nordestinas (eleições de 1982): Ilhéus (BA),
Itabuna (BA), Oeiras (PI).

3 - A busca de uma democracia participativa (João Herrmann Ne
to e Carlos Estevam Martins) ou "a rebelião por dentro"
(Neidson Rodrigues): enquanto o estado central (Brasília)
é autoritário, num projeto totalizador, o Município re-
direciona a sua política: as metas sociais passam a ser
prioritárias para resolver os problemas do dia-a-dia do
cidadão.

4 - O estímulo do governo municipal às associações de bairro.

XII - CONCLUSÃO

"Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos."

TECENDO A MANHÃ (fragmentos)

JOÃO CABRAL DE MELO NETO.

NOTAS

- (1) EVERS, Tilman et alii - Movimento de bairro X Estado na América Latina - Cadernos do CEAS, Salvador (nº 75).
- (2) MELO, Marcos André B.C. - A cidade dos mocambos, o Estado, habitação e luta de classes no Recife (1920-1964) - Cadernos do CEAS - Salvador (nº 92).
- (3) LEITE, Alvaro L. Pantoja. Urbanização e conflitos urbanos: o caso do Recife - Cadernos do CEAS - Salvador (nº 45).
- (4) MATTEDI, Maria Raquel Mattoso - As invasões na cidade de Salvador. Cadernos do CEAS - Salvador - (nº 72).
- (5) AMIGOS dos desabrigados - Por um lugar onde morar: subsídios para uma história das invasões e dos desabrigados em Salvador - Cadernos do CEAS - (nº 37).
- (6) TRABALHO de base no nordeste: participação ou alienação? Cadernos do CEAS - Salvador (nº 20).
- (7) BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas - Petrópolis, Vozes, 1984.
- (8) GÔES, Moacyr de. De Pé no Chão também se Aprende a Ler - uma escola democrática. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.
- (9) GÔES, Moacyr de. Revisitando antigos (novos) papéis: o MCP - Revista da ADUFRJ - Rio de Janeiro - 1985 - (no prelo).
- (10) GERMANO, José Wellington - Lendo e Aprendendo. A Campanha De Pé no Chão. São Paulo, Cortez, Editora, 1982.
GÔES, Moacyr de. De Pé no Chão também se Aprende a Ler. uma escola democrática. Rio de Janeiro - Civilização Brasileira, 1980.
CUNHA, Luiz Antonio & GÔES, Moacyr de. O golpe na educação - Rio de Janeiro - Jorge Zahar, Editora - 1985. (no prelo).
- (11) CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. MEB-1961/1971: Levantamento bibliográfico, Memória - Rio de Janeiro, 1984.
- (12) Observação pessoal
- (13) BOFF, Clodovis & BOFF Leonardo. Da Libertação. Petrópolis, Vozes, 1980.
- (14) Observação pessoal
- (15) Observação pessoal
- (16) Observação pessoal
- (17) HERMANN NETO, João. Democracia feita em casa. Brasília, Câmara dos Deputados, 1984.

Rio, 21 de agosto de 1985
Moacyr de Gôes